

**PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE A PREVENÇÃO DO SUICÍDIO  
DE ESTUDANTES LGBTI+ NAS ESCOLAS**

**PROBLEMATIZATIONS ABOUT SUICIDE PREVENTION FOR  
LGBTI+ STUDENTS IN SCHOOLS**

**PROBLEMÁTICA DE LA PREVENCIÓN DEL SUICIDIO PARA  
ESTUDIANTES LGBTI+ EN LAS ESCUELAS**

Silvana Arantes da Silva <sup>1</sup>  
Fernando Guimarães Oliveira da Silva <sup>2</sup>

**Resumo**

Este artigo faz parte de uma pesquisa de mestrado em educação, desenvolvida junto à linha de pesquisa Currículo, formação docente e diversidades, ligada ao Programa de Pós-graduação em Educação de uma universidade pública sul-mato-grossense. Partimos do seguinte problema: qual a relação da escola e a prevenção do suicídio de estudantes LGBTI+? Diante do problema colocado, o nosso objetivo foi realizar apontamentos científicos que assegurem uma leitura crítica da escola enquanto um espaço de reprodução de violências LGBTI+fóbicas que são desencadeadoras de práticas de autolesão e do suicídio; também refletimos sobre como o ambiente escolar pode ser um local de promoção, proteção e proatividade frente aos casos de comportamento autolesivo e suicida identificados. Conclui-se que as ações de prevenção ao suicídio acontecem em mês alusivo ao enfrentamento do suicídio e as estratégias de combate às vulnerabilidades existentes ainda é incipiente. Nesse sentido, fica evidente o despreparo de nós, funcionárias(os) da educação, para lidar com questões ligadas à diversidade sexual e LGBTI+fobia.

**Palavras-chave:** Educação; Estudantes LGBTI+; Prevenção do suicídio.

**Abstract**

This article is part of a master's research in education, developed in the research line Curriculum, teacher training and diversity, linked to the Postgraduate Program in Education at a public university in the state of Mato Grosso. We started with the following problem: What is the relationship between the school and suicide prevention among LGBTI+ students? Faced with this problem, our aim was to make scientific observations that ensure a critical reading of the school as a space that reproduces the LGBTI+phobic violence that triggers self-injury and suicide; we also reflect about how the school environment can be a place of promotion, protection and proactivity in the face of identified cases of self-injury and suicidal behavior. The conclusion is that suicide prevention actions take place in the month dedicated to tackling suicide, and strategies to combat existing vulnerabilities are still incipient. In this sense, it is evident that we, education workers, are not prepared to deal with issues related to sexual diversity and LGBTI+phobia.

**Keywords:** Education; Suicide Prevention; LGBTI+ Students.

<sup>1</sup> Mestra em Educação e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS, Unidade de Paranaíba). Professora de educação básica I junto à Prefeitura Municipal de Paranaíba/MS. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4218-7796>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7999135934466098>. E-mail: [silvanaarantessilva@hotmail.com](mailto:silvanaarantessilva@hotmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS, Unidade de Paranaíba). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5428-2870>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6660344520399076>. E-mail: [fernando.oliveira@uems.br](mailto:fernando.oliveira@uems.br).

### Resumen

Este artículo forma parte de un proyecto de investigación de maestría en educación, desarrollado en la línea de investigación Currículo, Formación Docente y Diversidades, vinculada al Programa de Posgrado en Educación de una universidad pública del estado de Mato Grosso del Sul. Partimos del siguiente problema: ¿Cuál es la relación entre la escuela y la prevención del suicidio de estudiantes LGBTI+? Frente a este problema, nuestro objetivo fue hacer observaciones científicas que garanticen una lectura crítica de la escuela como espacio de reproducción de la violencia LGBTI+fóbica que desencadena autolesiones y suicidios, y cómo el ambiente escolar puede ser un lugar de promoción, protección y proactividad frente a los casos identificados de conductas autolesivas y suicidas. La conclusión es que las actividades de prevención del suicidio tienen lugar en el mes dedicado a la lucha contra el suicidio, y las estrategias para combatir las vulnerabilidades existentes son aún incipientes. Es evidente la falta de preparación de nosotros, los trabajadores de la educación, para hacer frente a cuestiones relacionadas con la diversidad sexual y la LGBTI+fobia.

**Palabras clave:** Educación; Prevención del suicidio; Estudiantes LGBTI+.

### Introdução

Este texto apresenta parte dos resultados alcançados por meio de uma pesquisa de mestrado, intitulada *Prevenção do suicídio de estudante LGBTI+: políticas, práticas e ações em rede* (Silva, 2023), desenvolvida junto ao Núcleo de estudos e pesquisas em educação antirracista, em diversidades e em direitos humanos (NEPEADDH), vinculado à linha de Currículo, formação docente e diversidades do Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS, unidade de Paranaíba)<sup>3</sup>.

Iniciamos com a seguinte indagação: será que é ideal se esquivar de conversas que levam a pensar sobre a morte? Por ser um assunto muito doloroso para as pessoas, é comum que elas optem por silenciar a discussão em diferentes espaços sociais, já que envolve acionar sentimentos de solidão, angústias e tristezas. Uma das tantas questões que levantamos em relação ao tema do suicídio é que ele nos dá a condição de valorizar a vida como um evento intrínseco à existência. Em todas as experiências que tivemos ao tomar conhecimento de um suicídio, foi notória a utilização de estratégias para conter a informação e evitar o chamado “efeito contágio”. A fim de entender a influência histórica

---

<sup>3</sup> A pesquisa teve aplicação de questionários e entrevistas com uma amostra de profissionais da educação básica, saúde e serviços de assistência social. Em razão disso, obtive aprovação em Comitê de ética e pesquisas com seres humanos da instituição a que a pesquisa foi vinculada. No entanto, não foram apresentadas informações pertinentes a esses dados, porque a ideia deste estudo foi apresentar discussões e problematizações teóricas construídas no decorrer da pesquisa de mestrado.

e sociocultural do contágio, Hwang (2018) entende que as ações de prevenção precisam ser feitas no meio sociocultural e não somente por parte das mídias.

Hwang (2018, p. 19-20) ainda entende que os meios de comunicação contribuem para colocar “gasolina em uma fogueira”, sendo, nessa expressão em destaque, a gasolina compreendida como a mídia e a fogueira, o suicídio; uma metáfora que, para a autora, “[...] explica que a decisão de morte é pré-determinada pela pessoa e os meios de comunicação tendem a potencializar pensamentos suicidas, mas não são a causa”.

Na concepção de Hwang (2018, p. 22), o suicídio é um assunto silencioso, proibido e reprimido que revela interdição religiosa e cultural: “mobiliza sentimentos contraditórios, confronta algumas das premissas do ser humano, pois o(a) autor(a) de sua própria morte caminha em direção contrária ao fluxo natural da existência – o viver”. Na sociedade do espetáculo, a situação fica mais angustiante ainda, segundo a autora, uma vez que envolve pensar as crises da pós-modernidade, por exemplo:

A falta de referências constantes e duráveis, a dificuldade de estabelecer uma identidade, o sentido fugaz, o individualismo, permeados pelo consumo de imagens. Essas transformações modificam o estilo de vida do homem, o modo como as pessoas relacionam-se consigo, com o mundo e com os outros, acarretando a impessoalidade e a identificação do sujeito com o suicídio de outras pessoas (Hwang, 2018, p. 27).

Como é possível ver, o consumo de imagens na sociedade pós-moderna contribui para entender o efeito contágio mediado pelos meios de comunicação. Isso gera fascínio e atração, mas nunca pode ser considerado um evento que tem como fator para a sua ocorrência apenas a mídia, porque houve outras situações no decorrer dos processos relacionais e sociais da pessoa que explicam a morte autoprovocada.

O percurso de escrita da dissertação partiu das vivências de uma professora e um professor, autora e autor, que atuam e atuaram, por muito tempo, em diferentes contextos educacionais (escolares e não escolares), da Educação básica ao Ensino Superior com públicos, demandas e intervenções diferenciadas. Eles presenciaram situações de vulnerabilidades sociais, fragilizações de vínculos socioafetivos e emocionais decorrentes de diferentes situações e eventos cotidianos. No entanto, o que mais chamou a atenção é como esses espaços, em muitos casos, não tratam de saúde mental ou não são

potencializadores de ambientes saudáveis para pessoas-estudantes-docentes lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, intersexuais e outras possibilidades de expressão da diversidade de gênero e de sexualidades (LGBTI+).

Navasconi (2022), em sua obra *(RE)Pensando o Suicídio: Subjetividades, interseccionalidade e saberes pluriépistêmicos*, chama a atenção para os dados que apresentam o Brasil como um dos países com os maiores índices de violência contra pessoas LGBTI+. As diversas manifestações dessa violência ocorrem tanto nos espaços escolares, nas famílias, nos serviços de saúde, nos locais de trabalho e de lazer, marcados por preconceitos, discriminação e isolamento. Trata-se de dado preocupante, considerando eventos de um momento em que há gravíssimos ataques às pessoas LGBTI+ em todo o mundo. Como exemplo, temos os graves ataques feitos pelo atual Presidente dos Estados Unidos América, Donald Trump, em seu segundo mandato.

Segundo Cerqueira *et al* (2021), as análises dos dados de violência do Sistema de Informação de Agravos por Notificação (SINAN), realizadas nas seções de violência contra a população LGBTI+ e de violência contra pessoas com deficiência (PCD), registrou-se o aumento de violências ligadas às pessoas LGBTI+ no nosso país. O mesmo se verifica, por meio do Atlas da violência (IPEA, 2019), nos gráficos relativos à idade das vítimas LGBTI+, os quais demonstram que a juventude, entre 15 e 29 anos, tem sido o período de maior vulnerabilidade à violência LGBTI+fóbica.

Dentre as situações que levam a pensar o que mais afeta a população LGBTI+, Silva (2022, p. 56) aponta que há uma grande dificuldade de produzir dados:

[...] também denunciam a invisibilidade e a vulnerabilidade dessa população, tendo em vista o processo de exclusão social, a marginalização, discriminação e estigmatização que se concretiza no preconceito, na violência, nas tentativas de homicídio e na violação de direitos humanos. E tais variáveis podem tornar o suicídio como ameaça para a população LGBTI+.

Sempre questionamos por que a prevenção do suicídio ainda é incipiente e limitada às campanhas de prevenção do Setembro Amarelo; também nos perguntamos qual é o papel da escola para além da obrigatoriedade de notificação ao identificar comportamentos autolesivos e/ou suicidas. Observou-se, com o estudo, que as questões

LGBTI+ não representam uma preocupação no enfoque das políticas públicas nas áreas de Saúde, Educação e Assistência social. O que neste artigo se defende é que há especificidade do sofrimento e de saúde mental quando o assunto envolve o comportamento autolesivo e de suicídio de pessoas LGBTI+.

Diante da realidade que potencialmente vulnerabiliza crianças e adolescentes nas escolas; diante de situações que podem ser caracterizadas como passíveis de gerar sofrimento e comportamentos autolesivos e suicidas; e diante também de nossas vivências profissionais, observamos a carência de formação e de orientação de profissionais da Educação e de outras áreas para a demanda de casos de autolesão e de tentativa de suicídio, sobretudo quanto às práticas de prevenção desses eventos.

Assim, consideramos oportuna e necessária uma proposta de pesquisa que gere questionamentos sobre a importância de um trabalho focado na redução de sofrimentos da população LGBTI+ na fase de desenvolvimento escolar. Essas situações nos levaram às discussões sobre o papel da Escola na prevenção de violências, discriminações, LGBTI+fobia, e na implementação de projetos com ações de promoção da vida e diálogos sobre o suicídio, por meio de rodas de conversas, oficinas e grupos de discussão sobre o tema com estudantes, pais/mães e ou responsáveis, e a comunidade local. Também ressaltamos a formação continuada de professores(as).

Como objetivo, neste texto, vamos problematizar a responsabilidades das unidades de ensino em relação à temática da prevenção do suicídio. Desse modo, subdividiremos o artigo de acordo com a seguinte estrutura: 1) Introdução; 2) Metodologia; 3) Reflexão a partir das referências colhidas sobre o tema.

## **Metodologia**

Optamos por uma exposição exploratória com recursos da pesquisa bibliográfica. Nessa perspectiva, seguimos as noções de Gil (2008, p. 27), segundo o qual a pesquisa bibliográfica proporciona, aos(às) pesquisadores(as) e/ou leitores(as), a análise de materiais já publicados, tornando possível levantar elementos significativos para compreensão do tema estudado: “A abordagem exploratória permite abordar uma temática pouco explorada no campo do conhecimento.”

Esta pesquisa considerou parte do levantamento bibliográfico feito na plataforma de dissertações e teses do Instituto Brasileiro de Inovação, Ciência e Tecnologia (IBICT) a partir da associação dos descritores: 1) prevenção do suicídio, 2) escolas e 3) LGBTI+. Apresentamos, a seguir, alguns estudos resultantes dessa busca.

Utilizamos também um recorte de discussão para problematizar o assunto com o enfoque da pesquisa documental, posto que ela auxilia na compreensão de documentos de diferentes tipos. Nesse caso, realizamos um levantamento de dados e informações estatísticas publicados por grupos e movimentos sociais ligados às pessoas LGBTI+. Acessamos as informações disponíveis por meio de relatórios e dossiês nos *sites* do Grupo Gay da Bahia (GGB), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Trans (ABGLT) e da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Entretanto, entendemos que, mesmo fazendo uma pesquisa de cunho bibliográfico e documental, é preciso guiar-se por um objetivo; neste caso, objetiva-se dialogar sobre as possibilidades da atuação da escola para prevenir o suicídio de estudantes LGBTI+.

### **Revisão bibliográfica**

De acordo com o Atlas da Violência (IPEA, 2019), a questão da violência contra a população LGBTI+ tem se agravado nos últimos anos, por um lado; por outro, há excesso de subnotificação, o que leva à invisibilidade desse problema sob o ponto de vista da produção oficial de dados e estatísticas. Por exemplo, o IBGE não faz qualquer pergunta nos questionários domiciliares sobre a orientação sexual. Além disso, as polícias (em geral), nos registros de violência, também não fazem qualquer classificação da vítima segundo a orientação sexual e/ou identidade de gênero, assim como não existe tal característica nas declarações de óbito. Isso dificulta as políticas públicas que procurem mitigar a violência contra a população LGBTI+.

Carvalho e Menezes (2021) ressaltam que a população LGBTI+ é mais exposta a ambientes discriminatórios e à violência, como o abuso físico e sexual, quando comparada às pessoas heterossexuais, principalmente no ambiente escolar.

De acordo com a ABGLT (2016), os dados sobre a orientação sexual de estudantes LGBTI+ e o ambiente escolar, publicados em 2016, revelam que 73% dos(as) jovens identificados(as) como LGBTI+ sofreram agressão verbal na escola por causa da sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. Ainda segundo a mesma pesquisa, são frequentes os episódios em que estudantes LGBTI+ sofreram agressões verbais, direta ou indiretamente, no ambiente educacional, especificamente por causa de características pessoais, sendo as citadas: orientação sexual, identidade/expressão de gênero e raça/etnia.

Em relação às agressões físicas, 26,6% relataram tê-las sofrido na instituição educacional por causa de sua orientação sexual, e 6% informaram que isso ocorreu “frequentemente” ou “quase sempre” (ABGLT, 2016). Um olhar atento para estes dados sinaliza que é preciso pensar em ações efetivas que atuem na redução dos danos provocados pela LGBTI+fobia.

Embora esses dados não se voltem para a elaboração de ações de prevenção ao suicídio, entendemos a relevância de discuti-los para que estudantes LGBTI+ experimentem momentos de empoderamento dentro das unidades de ensino ao invés de envergonhados(as) de suas expressões de identidade de gênero e de sexualidades não cisgêneros.

Conforme o relatório divulgado pelo GGB, 329 pessoas LGBTI+ sofreram morte violenta no Brasil, vítimas da homotransfobia, em 2019. Desse total, foram 297 homicídios e 32 pessoas suicidadas. Isso equivale a 1 morte a cada 26 horas (DE UNIVERSA, 2020). É interessante dar destaque ao uso do termo “suicidada”; trata-se de um exercício de deslocar a responsabilidade do suicídio da pessoa que estava em sofrimento para o coletivo em que ela estava inserida.

Segundo Junqueira (2009), há um quadro preocupante de violência, ao qual estão submetidos(as) milhares de jovens LGBTI+, muitos dos(as) quais vivem em situações delicadas e vulneráveis de negação e autculpabilização. Isso geralmente ocorre com a participação ou omissão da família, comunidade escolar, sociedade e Estado.

A ABGLT (2016) estima a existência de mais de 20 milhões de bissexuais e homossexuais no Brasil, mais do que o sêxtuplo do estimado pela PNS/IBGE. Mesmo sendo parcela expressiva da população, os(as) brasileiros(as) LGBTI+ sofrem a

estigmatização e a supressão de seus direitos e garantias. Em específico quanto à população trans, o Brasil ocupa o primeiro lugar no *ranking* de países que mais matam transexuais e travestis, segundo dados informados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA (Benevides, 2024).

As violações de direitos LGBTI+ nas escolas já é um assunto que vem, há muito tempo, sendo denunciado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), o qual, no ano de 2007, apresentou situações de violência a que são submetidas pessoas LGBTI+. A pesquisa também ressaltou que é alta a frequência de agressões verbais, diretas ou indiretas, contra estudantes LGBTI+ no ambiente educacional. Ela enfatiza a relação entre sexismo e homofobia no espaço escolar (Henriques, Brandt, Junqueira e Chamusca, 2007).

A escola é um local excelente para práticas de promoção da saúde e de prevenção de agravos à saúde. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996) estabelece como um de seus fundamentos: a base da formação integral do(a) aluno(a); ela inclui o direito à educação interseccionado com a saúde e a cidadania, visando à cobertura plena de direitos fundamentais de crianças e adolescentes. Assim, em 1998, o MEC estabeleceu os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), os quais contextualizam os Temas Transversais relativos à saúde, como caráter de orientação incluso aos componentes curriculares em todos os anos da escolarização (Brasil, 1998).

Nessa perspectiva, o Ministério da Educação e da Saúde instituiu, no ano de 2007 pelo decreto presidencial nº 6. 286/2007, o Programa Saúde na Escola (PSE), visando à articulação e à integração permanente de educação e saúde e, assim, proporcionar melhorias na qualidade de vida da população em idade escolar.

Entretanto, como docentes em diferentes espaços da educação escolar e não escolar, observamos ocorrências de violências direcionadas aos corpos que não se constroem na cisheteronormatividade. A compreensão de cisheteronormatividade relaciona-se à identidade de gênero alinhada ao sexo biológico das pessoas como princípios de regulação dos corpos de homens e mulheres para práticas essenciais das funções corpóreas. É um conceito que merece atenção, uma vez que o (cis)tema escolar está formatado em seus sentidos.

Goulart (2021), em sua pesquisa de mestrado, buscou apontar como o conceito de cisheteronormatividade gera corpos normais e anormais dentro dos espaços e, a partir dessa compreensão, a marginalização e o extermínio de pessoas LGBTI+. Segundo o autor, o conceito de cisheteronormatividade funciona:

[...] como um dispositivo de regulação social que opera por meio de processos que criam sujeitos dados como normais e hegemônicos e, em contrapartida, sujeitos categorizados como ilegítimos, anormais e marginalizados. Neste último caso, as transgeneridades, interseccionando os marcadores sociais da diferença de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, classe, raça, idade e religião (Goulart, 2021, p. 6).

Como se vê, o autor destaca que a cisheteronormatividade pressupõe uma organização social baseado em um sistema que alinha sexo-gênero-sexualidade segundo uma perspectiva biologicista e essencialista a fim de estabelecer um regime de vida. Silva e Souza (2015) chamam a atenção para a reflexão dessa forma de organização na escola. Especialmente porque a escola foi vista como um lugar impositor de um valor externo à realidade de alunos(as) com os quais promovem o processo de aprendizagem, uma vez que é perceptível a formação ajustada aos padrões de heterossexualização compulsória. Isso faz com que todas as ações e sentidos distribuídos nas interações sociais nas escolas tenham como sistema de regulação a heterossexualização dos corpos.

Louro (2000), estudiosa renomada do assunto, já fazia críticas sobre os efeitos da cisheteronormatividade no final da década de 1990, sem ter usado este conceito. Ela pontua que, historicamente, a norma que se estabelece em nossa sociedade remete:

[...] ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristã e essa passa a ser a “outros” sujeitos sociais que se tornarão “marcados”, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Dessa forma, a mulher é representada como “o segundo sexo” e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual (Louro, 2000, p. 24).

Podemos levar a discussão para as políticas de proteção à vida de pessoas negras, LGBTI+, indígenas etc., as quais foram relegadas como sem importância e, em uma lógica invertida, encaradas como produtoras de “privilégios” ao longo dos quatro anos do Governo do ex-Presidente, Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) em nossos país. O campo

das escolas esteve entre os mais atacados pelas redes antigênero, com o discurso de: “protejam as suas crianças da ideologia de gênero” (Junqueira, 2018, p. 453).

E parece ser onde eles têm encontrado mais facilidade para obstruir propostas inclusivas, antidiscriminatórias, voltadas a valorizar a laicidade, o pluralismo, a promover o reconhecimento da diferença e a garantir o caráter público e cidadão da formação escolar (Junqueira, 2018, p. 453).

Além disso, ao longo de suas campanhas e governo, o ex-presidente Bolsonaro, pronunciou discursos extremamente conservadores, baseados na moral religiosa e desconsiderando as pautas relacionadas à população LGBTI+ e os direitos humanos de outras populações. Esse entendimento foi se tornando legítimo na ascensão de um quadro conservador na política partidária de nosso país, impedindo os avanços de pautas ligadas ao reconhecimento da educação sexual e outras ligadas a gênero, sexualidades, raça e direitos humanos na educação básica.

Junqueira (2018) explica que não houve um debate aberto e as vias de diálogo sempre estiveram bastante dotadas de violências, extremismos e ataques nas redes sociais motivados por intenso pânico moral. Certamente, a propagação de informações falsas sobre a teoria de gênero trouxe alguns silenciamentos por parte do corpo docente, da comunidade escolar e de outras redes que atendem crianças e adolescentes. Isso permite que eventos tratando as questões LGBTI+ como doença tenham maior impacto que ações educativas preventivas voltadas a fortalecer as pessoas para se enxergarem com mais orgulho. O espaço da escola tem papel significativo para apresentar conhecimento científico que desmantele homotransfobia, a fim de que sexualidade e a identidade de gênero de pessoas LGBTI+ também possam ser vistas como normais.

Bolsonaro, durante sua campanha para presidente, interpretou as questões de gênero e sexualidade no âmbito educacional como “incitação ao sexo” e “ensinar a ser *gay*”. Esse discurso vai na contramão do que preconiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior, cursos de formação pedagógica e formação continuada, a Resolução N. 2, de 1 de julho de 2015, do Conselho Nacional de Educação, a qual estabelece, como um de seus princípios, para a formação inicial do

docente, os temas relativos às diversidades de gênero e sexual para o magistério da educação básica (Brasil, 2015).

O preconceito de que na escola se ensina as crianças a se tornarem LGBTI+ estimulou os setores conservadores a criar campanhas antigênero. Nesse sentido, a Ministra-pastora, Damares Alves (2019-2022), estimulou que pais/mães/responsáveis denunciassem professores(as) no Disque 100. Isso aponta para uma criminalização do trabalho pedagógico a partir de denúncias contra professores(as) que abordassem questões contra a moral religiosa, uma proposta extremamente conservadora, excludente e discriminatória. Dessa forma, questões de gênero e sexualidades foram-se atacadas e silenciadas.

De acordo com Britzman (1996), pesquisadora canadense, o silenciamento de professores(as) que evitam trabalhar o tema da diversidade sexual e de gênero nas escolas são gerados por discursos de que, se falarem sobre o assunto, estarão encorajando práticas homossexuais. A autora reitera que faz parte desse mito a ansiedade de que qualquer pessoa que ofereça representações *gays* e *lésbicas* em termos simpáticos será provavelmente acusada ou de ser *gay* ou de promover uma sexualidade fora da lei. Em ambos os casos, o conhecimento e as pessoas são considerados perigosos, predatórios e contagiosos. Apesar de o estudo de Britzman (1996) datar dos anos 1990 e já contar com quase 30 anos, observa-se que ainda é esse o teor de posicionamento de grupos políticos e religiosos a respeito da questão LGBTI+.

Assim, fica evidente como o ambiente escolar pode ocasionar espaços de violências contra a população LGBTI+ e de como a vulnerabilidade desse grupo pode desenvolver comportamentos autolesivos e suicidas. Concorda com esse pensamento Cardoso (2016, p. 27), ao afirmar que:

Há uma clara relação entre adolescentes LGBTI, o suicídio e uma prevalência elevada de distúrbios do humor, abuso e/ou dependência de substâncias, rejeição familiar e vitimização, porém, mesmo após o controle destes fatores de risco, o risco acrescido de suicídio persiste. Para além do mais, adolescentes de grupos minorias sexuais possuem menor número de fatores de proteção de que adolescentes heterossexuais.

Silva (2022) corrobora a compreensão de Cardoso (2016), ao fazer um levantamento sobre as mortes por suicídio da população de LGBTI+. A autora pesquisou uma lésbica e um *gay* que passaram pela tentativa de suicídio, atentando-se, por meio de uma entrevista narrativa, à resistência diária para permanecer existindo.

Estamos diante de temas que ainda demonstram bastante interdição: o suicídio e as diversidades de gênero e de sexualidades. Isso nos leva a pensar na complexidade de tratar desses temas em conjunto. Ser demarcado pelas diferenças de gênero e de sexualidades com violência provoca uma série de sofrimentos nessa população, como a volta ao chamado “armário” como uma ação política da escola, tal qual exposto nos estudos da “pedagogia do armário” de Junqueira (2016). A escola, quando se omite/silencia em casos de violência LGBTI+fóbicas orientadas pela cisheteronormatividade, torna-se, segundo Silva (2016, p. 199-200):

um elemento ativo e reprodutor de rejeições sociais contra aqueles/as que vivenciam essências femininas e masculinas divergentes que atentam contra a heteronormatividade, incitando a perseguição contra os transgêneros e o não reconhecimento dos gays e das lésbicas como homens e mulheres de fato.

Silva (2022) aborda em sua pesquisa a história de uma pessoa LGBTI+ que vai se construindo permeada de sofrimentos que expressam a negação de todos os cantos. A experiência *gay* neste caso é retratada por Silva (2022, p. 139):

Teve um episódio na escola de onde eu estudava de dois meninos pegos se beijando no banheiro. Eu estudava numa escola adventista, então todas as professoras passaram a semana inteira falando o quanto aquilo era abominável. Aí eu comecei a fazer as primeiras barreiras, porque eu percebi que me identificava com eles, só que de repente eu era um vilão. Quando eu lembro da cena daqueles dois meninos na escola, sendo tirados do banheiro à força e todo mundo ojerizando-os, uma multidão pronta pra bater neles... Aquilo me pegou muito, porque eu não queria aquilo pra mim, mesmo sabendo que era igual a eles. Então eu precisava mentir, ainda mais sendo uma escola adventista.

Como podemos observar, os problemas oriundos das dificuldades de aceitação e tolerância geram sofrimentos na vida desses sujeitos. A questão pode ser tratada de forma interseccionada ou não para entender como eles estão expostos à ideação suicida e/ou ao

comportamento autolesivo. Navasconi (2019, p. 90) afirma que o suicídio demanda ser pensado como um fenômeno interseccional: “[...] é, também, reconhecer o fenômeno do suicídio enquanto uma questão de fato multifacetada e composta por diferentes marcadores da diferença, fatores e atravessamentos culturais, econômicos, biológicos, psicológicos etc.”.

Dentre os fatores que culminaram nas tentativas de suicídio, estão: violências, problemas familiares, desentendimentos e rompimentos com namorados, abuso sexual, *bullying*, abuso de álcool e drogas, assalto, pressão escolar, obesidade e a interação em redes virtuais, como *Youtube e WhatsApp*, conforme aponta Avanci (2021) em pesquisa realizada com jovens com comportamentos suicidas em Porto Alegre (RS) e Dourados (MS) em 2021 para a revista Fiocruz, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Como a população de maior notificação de comportamento autolesivo está com idade entre 15 e 29 anos, consideram-se assim que as intervenções e identificação realizadas pelos profissionais da educação são de suma importância para a prevenção, posvenção e diminuição do fenômeno do suicídio. Assim, propomos a reflexão, neste texto, sobre como o ambiente escolar pode se constituir como espaço de reprodução de violências e discriminação ou como um local privilegiado para que as pessoas possam falar, refletir e esclarecer suas dúvidas e anseios sobre a vida e fatores que os levam a perderem o interesse nela.

Essa reflexão está em consonância com Schneidman (1994 *apud* Borges; Werlang, 2004), quando afirma que a educação é o item mais importante na diminuição dos índices de suicídio, o que demanda compreender as possibilidades de intervenção escolar. Desse modo, é de relevância social o enfoque dado ao trabalho dentro das próprias escolas, aproveitando e otimizando as potencialidades de diálogo e suporte intelectual existentes no ambiente escolar (Borges; Werlang, 2004).

## Resultados

Diante do exposto, a educação escolar tem papel fundamental na criação e no desenvolvimento de ações educativas que envolvam diferentes intervenções a fim de

diminuir os casos de suicídio e autolesão. Para tanto, utiliza-se de reuniões, orientações/acompanhamento psicopedagógico e palestras para mobilizar a população de adolescentes e as famílias.

De modo geral, buscam-se alternativas para lidar com o comportamento autodestrutivo. Assim, a escola também é um espaço que pode contribuir para a identificação de comportamentos autodestrutivos, que possam levar ao suicídio. Além disso, há inúmeras situações que ocorrem no âmbito das famílias das crianças e adolescentes que podem ser identificadas como potencial de atuação da rede que apoia a escola. As questões que afetam os(as) estudantes também são objeto de trabalhos de outras áreas, como a saúde e a assistência social. Nesse sentido, a questão da prevenção da autolesão e do suicídio não são temas exclusivos da política de saúde mental.

Gonçalves (2016) destaca que discutir sobre autolesão e o comportamento suicida é pensar sobre as diferenças, as imposições sociais, os sentimentos, a amizade, a família, o respeito, a violência, o medo, a anorexia, a bulimia, a violência, a homossexualidade, a transexualidade, a construção da masculinidade e da feminilidade, entre outras questões. “A autolesão é uma prática dita como possibilitadora de alívio das dores da alma, de sentimentos provocados por um conjunto de problemas – familiares, afetivos, etc.” (Gonçalves, 2016, p.111).

Para Gonçalves (2016), a autolesão tem sido um dos grandes desafios enfrentados pelas escolas da atualidade. Cada vez mais, ela desperta as atenções do debate acadêmico. Por vezes, esse transtorno pode ser considerado como uma possível consequência das relações de gênero violentas, desiguais e excludentes que caracterizam o tecido social; também pode guardar relações com situações de racismo, LGBTI+fobias e outras questões que dizem respeito aos corpos que escapam dos padrões socialmente impostos.

Colares (2022), em sua tese de doutorado, apontou que o tema do suicídio começou a transcender a pauta de saúde pública e tem sido preocupação de docentes e da política educacional. Cita, como exemplo, a inércia docente diante de eventos em que os(as) alunos(a)s expressam diferentes indícios de tentativas de suicídio:

A forma de autoagressão mais registrada no ambiente escolar se caracteriza pela prática de incisões nos braços, pernas ou outras partes do corpo, cunhada com o nome *cutting*. Incluem-se ainda nessa rubrica os murros e tapas no próprio rosto, os puxões de cabelos ou o bater com a cabeça na parede repetidamente, até o desfalecimento. Angustiadíssimos e impotentes, profissionais das escolas onde essas práticas têm se verificado – ensino fundamental, ensino médio e instituições de ensino superior – clamam por auxílio de especialistas para compreender esse fenômeno e buscar intervenções favoráveis que ajudem a conter esses episódios (Colares, 2022, p. 37).

Uma proposta, nesse sentido, poderia ser uma prevenção mais direta. Para tanto, o treinamento de profissionais, a informação (conscientização) e a multiplicação de conhecimento do corpo docente, gestão das escolas e pais/mães/responsáveis tornam-se fundamentais. Essas ações podem ser ampliadas para intervenções mais pontuais e de identificação de comportamentos autodestrutivos e suicidas entre os(as) discentes.

Nessa perspectiva, Botega e Werlang (2004) pontuam que a prevenção do suicídio não implica apenas evitar a morte, mas dar ênfase às questões da vida, buscando compreender e ajudar as pessoas em suas questões particulares.

Para a Especialista em Saúde Mental, Maria Martins (2014, s.p.), do Grupo de Pesquisa de Prevenção do Suicídio (PesqueSui/Icict/Fiocruz), “falar sobre suicídio não provoca o suicídio”; ela ainda reforça que: “colocar a questão em pauta na mídia, nas escolas e instituições permite que se converse mais sobre isto. É preciso fazer circular, de modo global, informações a pacientes, familiares e profissionais da saúde” (Martins, 2014, s.p.).

De acordo com Fuziwara e Favero (2011), é fundamental que a escola se torne um espaço protetivo. Por isso, é necessário pensá-la como espaço democratizante das relações, combatendo a perspectiva adultocêntrica de que pensamentos autodestrutivos fazem parte da imaturidade da infância e da adolescência ou podem ser oriundos de “drama”. Crianças e adolescentes têm sofrimentos e sentem diariamente os reflexos de violências mais amplas da sociedade, como a LGBTI+fobia.

A escola pode se construir como espaço de pertencimento, uma vez que estudantes ficam parte considerável de suas vidas neste espaço, em muitos casos, em período integral. Isso nos faz entender que as suas ações ultrapassam seus muros, simbólica e efetivamente, levando a novas práticas na relação comunitária. Situações de

violência também criam dimensões de sofrimento intenso na vida de crianças e adolescentes que, se não tratadas, podem levar a situações de autolesão e suicídio.

Ainda segundo Fuziwara e Fávero (2011), é necessário que, no contexto dessa escola protetiva, haja profissionais que, além de críticos, sejam criativos, capazes de propor e criar estratégias de intervenção diante da realidade de LGBTI+fobia, racismo e outras formas de violência contra crianças e adolescentes no ambiente escolar. Essa postura se faz fundamental porque, entre outras vantagens, acena para uma possibilidade de mudança na vida das pessoas vítimas desse tipo de violência.

Muitas pesquisas tem demonstrado que os(as) professores(as) silenciam-se diante de práticas de LGBTI+fobias, não tratando do assunto. Trabalhos como o de Junqueira (2009), o de Navasconi (2022) e o de Silva (2022) revelam os reflexos da política do silêncio na vida de estudantes LGBTI+. Há, ainda, autores(as) que citam a importância de um trabalho em rede que se apresente como alternativa de apoio caso a escola aponte desconhecimento sobre o assunto da LGBTI+fobia e da prevenção dos problemas de autolesão e suicídio. É o caso da pesquisa de Fernando Silva (2023), que apresenta aspectos relativos ao fato de que a escola não atua sozinha: ela precisa acionar a rede para ter apoio diante de situações com as quais não tenha conhecimento para lidar.

Portanto, são necessárias estratégias de identificação de violação de direitos de crianças e adolescentes no ambiente escolar e prevenção do comportamento suicida por meio do trabalho em rede com ações educativas de prevenção e a capacitação e orientação de profissionais da rede intersetorial. Entre eles, incluem-se: psicólogos(as), enfermeiros(as), professores(as), educadores(as) sociais, assistentes sociais e psiquiatras para o atendimento dos casos de tentativa de suicídio e a prevenção do ato. Trata-se de um dever do Estado e um direito de todos(as).

Vale ressaltar que a Lei nº 8.069 de 1990, a qual dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu art. 4º, ressalta, como dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público, assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida e à saúde das crianças e dos(as) adolescentes. Isso reforça a discussão desta pesquisa sobre a necessidade da intervenção em rede para ações educativas de prevenção ao suicídio.

Nessa perspectiva, no estado de Mato Grosso do Sul (MS) por meio da Coordenadoria de Psicologia Educacional (COPEDE), ligada à Secretaria Estadual de Educação, promove ações que têm por objetivo desenvolver um trabalho coletivo e integrado com as escolas da Rede Estadual de Ensino e os diversos setores internos da secretaria e das Coordenadorias Regionais de Educação (CRE). Essas ações relacionam-se ao fortalecimento das unidades de ensino, para terem papel ativo junto às redes, promovendo a aprendizagem e o desenvolvimento das potencialidades dos(as) estudantes com base na abordagem centrada nos Direitos Humanos.

Assim, com o objetivo de instrumentalizar a equipe escolar quanto às demandas do cotidiano escolar relacionadas à autolesão, as ações da Psicologia educacional na Rede Estadual de Ensino de MS estão voltadas para a promoção da reflexão sobre a realidade e o cotidiano da escola, por meio do diálogo entre os(as) seus(as) atores(as), bem como por meio do favorecimento das relações interpessoais entre os profissionais da educação básica, estudantes e suas famílias (Mato Grosso do Sul, 2019).

Conforme orientações elencadas no manual do comportamento de autolesão, os profissionais da educação devem:

- 1) Acolher e promover um ambiente de escuta para o(a) estudante.
- 2) Chamar o responsável para esclarecimentos, estabelecendo metas e prazos, bem como encaminhar para o Conselho Tutelar (escola) e Unidade Básica de Saúde – UBS (responsável).
- 3) Acompanhar o caso para verificar se os encaminhamentos estão sendo eficientes. Caso não, retomar o atendimento e verificar que parte do processo não está tendo efetividade.
- 4) Envolver os professores para discutir estratégias e metodologias para elaborar um plano de ação pedagógico (Mato Grosso do Sul, 2019, p. 15).

Oliveira, Silva e Maio (2021) pontuam que a escola pode colaborar para combater a violação de direitos contra estudantes negros(as), mulheres, *gays*, lésbicas e transexuais, mas isso depende da formação inicial do(a) docente, e do preparo da equipe escolar para lidar com os(as) estudantes. Ainda segundo os autores e a autora, é fundamental, então, que a equipe escolar tenha uma formação pautada nos Direitos Humanos, além de favorecer, principalmente, o acolhimento e escuta atenta de alunos e alunas.

Entretanto, esbarramos em inúmeras limitações que vão desde um sistema que estimula o silenciamento de questões relacionadas a gênero e sexualidade, como uma política de trabalho, até a ausência de um protocolo adequado para lidar com alunos e alunas transexuais. Todas essas questões refletem-se diretamente em um ambiente educacional insensível aos sofrimentos gerados pela LGBTI+fobias e podem provocar práticas de autolesão e ideação suicida.

### **Considerações finais**

O objetivo deste artigo foi apresentar uma revisão de parte da literatura utilizada na pesquisa de mestrado, na qual se atentou para os impactos da LGBTI+fobia na autolesão e comportamento suicida de estudantes na educação básica. Quando o ambiente educacional torna-se um espaço de violências contra pessoas LGBTI+, sem o tratamento pedagógico e institucional adequado, esses(as) estudantes ficam mais expostos aos comportamentos autodestrutivos relacionadas à autolesão e ao suicídio, tendo como principal indicador o abandono e a evasão escolar.

As discussões levantadas tiveram como proposta realizar alguns apontamentos sobre a relação entre escolas e situações de vulnerabilidade na adolescência, que são desencadeadores de comportamento suicida. Aqui fizemos um recorte para estudantes LGBTI+, por fazer parte de uma população vilipendiada; com isso, pretendemos contribuir para a discussão da responsabilidade que as políticas educacionais têm na criação de estratégias de prevenção do comportamento autolesivo e do suicídio.

Nesse sentido, iniciamos o debate citando autores(as) que revelam a ocorrência persistente de invisibilidade, estigmatização e outras formas de preconceitos em relação à articulação do tema suicídio com as demandas das diversidades de gênero e sexualidades, questões raciais e étnicas, culturais, de tipo físico e outras que, interseccionadas ou não, podem ser motivo para comportamentos suicidas. Isso é particularmente determinante na faixa etária da adolescência, um momento de forte presença de comparações e formação da identidade social.

Vale lembrar que essa pesquisa de Mestrado em Educação foi construída durante o governo de Jair Messias Bolsonaro, que, com seus pronunciamentos e opiniões

excludentes e discriminatórias, intensificou o silenciamento das questões de gênero e as pautas relacionadas à população LGBTI+ e os direitos humanos de pessoas pertencentes a grupos de indígenas, ciganos, moradores(as) de comunidades e outros grupos marginalizados e estigmatizados historicamente. Estes foram desconsiderados das políticas públicas, vilipendiados e apagados durante o governo em diferentes pastas e ministérios.

Foi um período em que a Ministra-pastora da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares da Silva, relacionou o alto índice de suicídio ao fim da família tradicional. Ela acreditava que pessoas ciganas, indígenas, idosas, mulheres vítimas de violência, seringueiros etc. são culturas que não são passíveis de serem preservadas porque não se enquadram no modelo pró-vida e pró-família predominante em sua concepção.

Assim, justifica-se a necessidade de dar maior visibilidade aos temas da LGBTI+fobia e do fenômeno do “suicídio entre adolescentes”, uma vez que as estatísticas mostram um aumento preocupante de jovens que cometem o suicídio resultado de violências de discriminação, racismo, LGBTfobia e outras. Nesse contexto, torna-se essencial entender como são elaboradas e pensadas as estratégias do poder público para intervir educativamente nessas situações, com o objetivo de prevenir a sua ocorrência.

## Referências

- Avanci, J. (2021). Neste 10 de setembro, analisa o perfil do comportamento suicida entre jovens. *Portal Fiocruz*, São Paulo, 21 de setembro.
- ABGLT. (2016). Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba, PR: ABGLT.
- Benevides, B. (2024). *Dossiê: assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2023*. Brasília: ANTRA.
- Borges, V. R.; Werlang, B. S. G. B. (2004). Suicídio na adolescência. *Revista Perspectiva*, 28(102), p. 3-200.
- Botega, N.; Werlang, B. S. G. B. (2004) *Comportamento suicida*. Porto Alegre, RS: Artmed.

- Brasil. (1998). *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental I: apresentação dos temas transversais*. (1998). Brasília, DF.
- Britzman, D. (1996). Curiosidade, sexualidade e currículo. In: G. L. Louro. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte, MG: Autentica. p. 83-111.
- Cardoso, G. T. (2016). *Comportamento autolesivos e ideação suicida nos jovens* (Dissertação de mestrado) – Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Carvalho, M. F. L.; Menezes, M. S. (2021). *Violência e saúde na vida de pessoas LGBTI*. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz.
- Cerqueira, D.; Ferreira, H; Bueno, S; Alves, P. P.; Lima, R. S. de; Marques, D.; Pimentel, A. (2021). *Atlas da Violência 2021*. Brasília: Ipea.
- Colares, M. C. P. (2022). *Novos sintomas dos adolescentes e jovens na educação: tentativas de suicídio e atos de autoagressão* (Tese de doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.
- Decreto n. 6286, de 5 de dezembro de 2007. (2007). Institui o Programa Saúde na Escola – PSE, e dá outras providências. Brasília, DF: Senado Federal.
- De Universa. (2020). Brasil registra 329 mortes de pessoas LGBTQ+ em 2019, uma a cada 26 horas. *UOL*, São Paulo, 23 de abril.
- Fuziwara, A. S.; Fávero, E. T. (2011). A violência sexual e os direitos da criança e do adolescente. In: Azambuja; M. R. F.; Ferreira; M. H. M.; et al. *Violência sexual contra crianças e adolescentes*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed. São Paulo, SP: Atlas.
- Gonçalves, J. N. (2016). *Vocês acham que me corto por diversão? Adolescentes e a prática da automutilação* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Brasil.
- Goulart, V. P. (2021). *O suicídio-homicídio de pessoas trans e travestis e a cisheteronormatividade: marginalização e extermínio* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Henriques, R.; Brandt, M. E. A.; Junqueira, R. D.; Chamusca, A. (2007). *Cadernos SECAD 4 - Gênero e diversidade sexual na escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos*. Brasília, BR: MEC.
- Hwang, E. (2018). *Suicídio por contágio e a comunicação midiática* (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- IPEA. (2019). *Atlas da violência 2019*. Brasília, BR: FBSP.
- Junqueira, R. D. (2018). A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista de psicologia política*, 18(43), p. 449-502

- Junqueira, R. D. (2009). Heteronormatividade e homofobia. *In*: Junqueira, R. D. (org.). *Diversidade sexual na educação*. Brasília: MEC. p. 85-93.
- Junqueira, R. D. (2016). Pedagogia do Armário: uma conjugação entre heteronormatividade, cotidiano e currículo Escolar. *In*: Neves, A. L. M. das; Calegare, F. P. P.; Silva, I. R. (orgs.) *Escola, sexualidade e gênero: perspectivas críticas*. Manaus, AM: UEA Edições.
- Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996*. (1996). Estabelece a Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, DF.
- Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990*. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF.
- Louro, G. L. (2000). Pedagogias da sexualidade. *In*: Weeks, J.; Britzman, D.; hooks, b.; Parker, R.; Butler, J. (orgs). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Martins, A. (2014,). Suicídio deve ser tratado como questão de saúde pública, alerta pesquisadores. *Portal Fiocruz*, São Paulo, 07 de janeiro.
- Mato Grosso do Sul. (2019). *Manual Rede de Atendimento – Orientação para as Escolas Estaduais de Mato Grosso do Sul*. 2. Ed. Campo Grande, MS: Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul.
- Navasconi, P. (2022). *(Re)pensando o suicídio: subjetividades, interseccionalidades e saberes pluriépistêmicos*. Salvador, BA: EDUFBA.
- Navasconi, P. (2019). *Vida, adoecimento e suicídio: racismo na produção do conhecimento sobre jovens negros/as LGBTTI*s. Maringá, PR: Letramento.
- Oliveira, M. de; Silva, F. G. O. da; Maio, E. R. (2021). Violência sexual contra crianças e adolescentes: a escola como canal de proteção e denúncia. *Perspectivas*, 38(2), p. 1-23.
- Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015*. (2015). Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, DF: MEC.
- Silva, F. G. O. da; Souza, J. A. de. (2015). Homossexualidade e escola: em busca do discurso do reconhecimento no cenário da tolerância. *Anais do X Seminário de Educação e Colóquio de Pesquisa* (p. 321-335). Paranaíba, MS.
- Silva, F. G. O. da. (2023). Premissas decoloniais para a construção de um sistema de proteção escolar. *Revista Olhares*, 11(1), p. 1-26.
- Silva, M. V. da. (2022). *Além do arco-íris: tentativas de suicídio entre a população LGBTI+*, uma compreensão fenomenológico-hermenêutica (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil.

Silva, S. A. da (2023). *Prevenção do suicídio de estudantes LGBTI+ nas escolas: políticas, práticas e ações em rede* (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, Brasil.

Silva, P. H. B. (2016). Invisibilidade transgênera na escola e a incipiente visibilidade nas artes cênicas e literatura infanto-juvenil homossexual. *In: Brochado, M.; Gomes, M. F. M.; Lipovetsky, N. Educação para direitos humanos: diálogos possíveis entre a pedagogia e o direito*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG.

Recebido: 06/12/2024

Aceito: 02/03/2025

Publicado: 20/06/2025

**NOTA:**

Os autores foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.